

Conselho do Plano Diretor Municipal de Cachoeiro de Itapemirim
Biênio 2013-2015
Reunião Ordinária

1
2
3
4
5 Ata nº 97 do Conselho do Plano Diretor Municipal que, aos 28 dias do mês de agosto de dois mil e
6 quatorze, às quinze horas e trinta minutos, na Câmara Municipal, reúne-se sob a Presidência do
7 Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano, Sr. Cidinei Rodrigues Nunes. Registram-se as
8 presenças dos seguintes Conselheiros: 01) Hélio Carlos Campos Santos, DIOCESE; 02) Robson
9 Pereira Batista, ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO JARDIM ITAPEMIRIM; 03)
10 João Luiz Silva, ASCOSUL; 04) Ruberval da Silva Rocha, ACISCI, 05) Jairo de Freitas Di
11 Giorgio, SINDUSCON; 06) Mário César do Nascimento, UGT; 07) José Antonio do Amaral,
12 CREA; 08) Chrispiniano Francisco dos Reis, CETEMAG; 09) Nuzimar Colodeti Moreira, AMPE;
13 10) Eliel Alves Moulin, ESTABELECIMENTOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE DO SUL DO
14 ESTADO DO ESPÍRITO SANTO; 11) Luiz Rogério Ramos Casaes, FAMMOPOCI; 12) Alex
15 Vaillant Farias, CÂMARA MUNICIPAL; 13) Yuri Gagarin Sabino, AGERSA; 14) João Batista da
16 Silva, SÃO CAMILO 15) Cidinei Rodrigues Nunes e Ilvene Marise Rodrigues dos Santos,
17 SEMDURB; 16) Joana Olegário de Oliveira Fabre, SEMUTHA; 17) Lucimar Barros Costa,
18 SEMCULT; 18) Ricardo Coelho de Lima, SEMDEC; 19) Antonio Fernandes Mastella, SEMGES,
19 20) Renata Sabra Baião Fiório Nascimento, OAB e 21) Marco Antonio Carvalho Oliveira, SEMAG.

20 **Ausentes os representantes:** ADESA, IDAF, IFES, SEMDEF, SEMMA e SEMO **Ausentes o**
21 **representante com justificativa:** IBAMA. Inicialmente, às 15h30, o Secretário do CPDM, Sr. Yuri
22 Sabino (AGERSA) e Sra. Ilvene (SEMDURB) procederam à primeira verificação de quorum e
23 chamada das entidades. Verificou-se não ter quorum regimental para dar início aos trabalhos e os
24 presentes decidiram aguardar algum tempo para a chegada de outros conselheiros. Às 15h45 foi
25 realizada nova chamada (conferência) e verificou-se ter quorum para iniciar os trabalhos. Em
26 seguida, dando início aos trabalhos, **o Presidente Cidinei Nunes** (SEMDURB) fez a leitura da
27 pauta de discussão proposta, na qual constavam os seguintes itens: 1) Aprovação da Ata n.º 96, da
28 reunião realizada em 31 de julho de 2014; 2) Relatório da UNES; 3) Apresentação de Estudo de
29 Impacto de Vizinhança – EIV; 4) Loteamento de São Joaquim e 5) Informes. A seguir, a palavra foi
30 concedida ao Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano, Sr. Cidinei Nunes, que assumiu a
31 condução dos trabalhos. Boa tarde aos senhores e senhoras. Reunião do Conselho do Plano Diretor
32 Municipal. Reunião ordinária, do dia 28 de agosto de 2014. Já com quorum suficiente para
33 iniciarmos a nossa reunião. Gostaria de entrar no **primeiro item da pauta**, já que é a aprovação da
34 Ata de número 96. Como os senhores e senhoras conselheiros, bem sabem, a ata já foi enviada
35 através de e-mail, para ser revisada, para terem os comentários, as possíveis emendas, inclusive já
36 foi retificada e reenviada novamente para os senhores. Com isso, acreditando que todos puderam ler
37 e corrigir, de forma minuciosa, a ata de número 96, gostaria que manifestassem o voto dos senhores.
38 Primeiro aqueles que aprovam a ata de número 96. Quantos aprovam? Muito bem. Então, pela
39 maioria, parece que um ou dois conselheiros não se manifestaram. Mas, está aprovada, Mário? Sim.
40 Muito bem, então os que não se manifestaram já sinalizaram aqui. Aprovada a ata de número 96 por
41 unanimidade. **Conselheiro Chrispiniano Reis (CETEMAG):** conselheiro, tem algumas palavras
42 que precisam ser corrigidas nessa ata. Somente isso. Além do erro da ata, eu também cometi um
43 erro também. Gostaria convidar ao senhor para ocupar a tribuna conosco, na qualidade de vice-
44 presidente desse conselho. Vamos lá e podemos fazer manifestação da correção que precisa ser
45 feita. Me parece que são algumas letras, erro de Português, alguma coisa nesse sentido. Nada que
46 mude o teor, o contexto dos assuntos tratados. Então, feita uma observação a respeito de um erro de

47 Português, pelo nosso vice-presidente, Sr. Chrispiniano, representante do CETEMAG, e ficaremos
48 atentos para que erros como esses não aconteçam. Mas, confirma? Gostaria que o Sr. usasse o
49 microfone, e confirmasse se são somente erros de letras e Português, só para seguirmos para o
50 assunto seguinte. Gostaria de pedir a todos que no momento que usarem a palavra, usem o
51 microfone, porque essa reunião está sendo gravada, para posteriormente ser redigida. **Conselheiro**
52 **Sr. Chrispiniano Reis (CETEMAG):** Eu gostaria de aproveitar o momento para agradecer a
53 solidariedade de todos comigo. Eu tenho um problema de câncer, câncer maligno. Mas continuo na
54 minha vida, lutando e procurando ajudar no máximo possível Cachoeiro e o setor de mineração.
55 Obrigado a todos. **Presidente Cidinei Nunes:** Muito bem, Sr. Chrispiniano, o Sr. é sempre bem
56 vindo entre nós e, sem dúvida nenhuma, sempre acrescentando algo de importante para o
57 desenvolvimento da nossa cidade, para o desenvolvimento e os trabalhos deste conselho. Mas é um
58 prazer ter o senhor aqui conosco. Mário pediu a palavra. **Conselheiro Mário Nascimento (UGT):**
59 Mário Conselheiro da UGT. Vou pedir a Plenária e à Mesa, parabéns, Sr. Chrispiniano, pelo retorno. É
60 bom tê-lo de volta. **Conselheiro Chrispiniano Reis:** muito obrigado. **Conselheiro Mário**
61 **Nascimento (UGT):** Pedir a Mesa e à Plenária, antes de começar nosso trabalho, um minuto de
62 silêncio em menção à morte de Glauber Coelho, que grande nos ajudou os movimentos sociais de
63 Cachoeiro e do Espírito Santo. Principalmente a gente que é muito ligado às questões de políticas
64 públicas. E que foi um jovem que nos ensinou a ter respeito com os movimentos sociais. E sempre
65 que quando ele foi, lá atrás, solicitado, em algum momento, pra fazer uso dessa tribuna aqui, dessa
66 Casa de Leis, em nível de município e de Estado, para em defesa e fortalecimento dos movimentos
67 sociais, nunca mediu esforços. Então, em homenagem a ele, esse conselho pede um minuto de
68 silêncio. Muito obrigado. **Presidente Cidinei Nunes:** Vamos, então, em homenagem à memória do
69 nosso deputado, que grandemente contribuiu para essa cidade, um minuto de silêncio. **Presidente**
70 **Cidinei Nunes:** Muito bem lembrado, conselheiro. Muito obrigado. Sem dúvida nenhuma, merece
71 o nobre deputado todo o nosso respeito e admiração. Seguindo os nossos trabalhos, gostaria de
72 apresentar o segundo item da pauta. **O segundo item da pauta** é referente ao relatório da UNES. E
73 está aqui representando a UNES o Prof. Gilson, gostaria de convidá-lo para poder vir aqui à frente
74 para falar. Juntamente com ele o Dr. Gildo (Gildo Dalto Júnior) e também Marcelo, no apoio
75 técnico ao professor e ao nobre advogado. Prof. Gilson que irá explicar? Antes de passarmos a
76 palavra, gostaria de fazer menção do que se trata esse relatório. Todos os conselheiros e
77 conselheiras, bem sabem, que esse assunto já foi tratado na reunião de novembro de 2012. Se não
78 me falhe a memória, na ata de número 77, porque nós discutimos bem esse assunto. E o número
79 ainda está na minha memória. E lá foram tratados alguns assuntos que, em uma reunião, agora já
80 neste período, nós precisamos de fechar algumas condicionantes que eles precisavam cumprir. Entre
81 as condicionantes tinham duas faixas elevadas no entorno, isso tudo numa dinâmica antes da
82 mudança do trânsito. Logo após, recebemos a notificação da Secretaria de Defesa Social, mostrando
83 que não era mais possível. Mas, eles tinham compromisso, e direcionaram todo aquele custo
84 daquela obra para outro local na cidade a ser executado, como foi pontuado aqui numa reunião do
85 Conselho. E outro assunto que foi tratado aqui foi a respeito da acessibilidade. Eles cumpriram. A
86 certidão do Corpo de Bombeiros, que foi anexada aos autos. E uma outra questão foi os
87 estacionamentos. Todos discutiram. E acho que alguns conselheiros aqui participaram em 2012. Me
88 lembro de Rogério, me lembro de Mário, Ruberval, Elisângela, SEMDURB participou, AGERSA
89 não me lembro se discutiu esse assunto. Participou desse assunto. Então vários conselheiros aqui
90 presentes. **Conselheiro Yuri Sabino:** Sim, com a Dr^a. Emilene, que era a presidente do conselho na
91 época. **Presidente Cidinei Nunes:** Vários conselheiros participaram dessa reunião e conseguem
92 lembrar bem o assunto, mas isso foi explicado na reunião passada. O que traz a UNES de volta a

93 este conselho. A regularização foi feita e no momento de requerer o habite-se foram observadas
94 todas as questões. E sobre o estacionamento foi deliberado que eles iam locar alguns
95 estacionamentos no entorno. Foi feita a identificação de todos os alunos que utilizavam seus
96 veículos para ir à instituição, levando em consideração o endereço, a rota de onde esses alunos
97 vinham, para locar eles nos estacionamentos mais apropriados, para minimizar ao máximo o
98 impacto no trânsito na região. E, com isso, também o aluno ter certeza que ao chegar ao
99 estacionamento sua vaga estaria lá. Porque outros poderiam chegar, ir ocupando e o aluno ia ficar
100 rodando os outros cinco estacionamentos. Isso tudo foi direcionado. Levantamento feito, resolvido.
101 Mas no momento de emitir o habite-se, surgiu uma dúvida pelo Auditor Fiscal no momento de
102 autorizar a emissão. Isso precisa passar pelo auditor fiscal de obras. Ele faz a correção. Ele atestou
103 todas as informações no processo de forma correta. Mas surgiu uma dúvida: as vagas de
104 estacionamento referentes ao artigo 253 do PDM a qual irei ler para os senhores e senhoras. O
105 artigo 253 diz: as vagas de garagem de referente à reforma e/ou ampliação de edificações
106 construídas antes da vigência desta lei que implique no aumento de área vinculada à atividade que
107 não forem possíveis de serem locadas na própria edificação poderão se localizar em outro terreno
108 comprovadamente vinculado à atividade e com a distância máxima de duzentos metros do lote onde
109 se situa a edificação principal. Parágrafo primeiro: a utilização deste local de estacionamento deverá
110 ser averbada no cartório registro de imóveis, bem como informada no habite-se, comprovando a
111 indisponibilidade deste local para outras ocupações. Então, o questionamento foi em cima desse
112 artigo 253 e o parágrafo primeiro. E isso foi encaminhado para a Procuradoria. Está em minhas
113 mãos um parecer da Procuradoria, assinado pela Dra. Josiane Hibner Rodrigues Ramos, que é
114 Procuradora do Município. E irei ler para os senhores também esse parecer. E em seguida se
115 precisarem que passe está à disposição para aqueles que quiserem também confirmar aquilo que eu
116 irei ler. Um parecer direcionado ao Procurador Geral que, em seguida ele acolheu o parecer. E
117 pediu que encaminhasse a esse conselho. Trata-se de requerimento de habite-se formulado pelo
118 Instituto de Ensino Superior do Espírito Santo. Tendo em vista as informações constantes nos autos,
119 verifica-se que anteriormente foi firmado um termo de compromisso com o requerente conforme os
120 documentos de folhas 31 com prazo de trinta dias no termo inicial em 16/05/2014. As folhas
121 30/verso constam a informação que o referido termo ainda não havia sido cumprido em 26/06/2014.
122 Abro aspas aqui: “não haviam cumprido aqui no que se trata aos estacionamentos”. Avaliada a
123 situação pelo Conselho do Plano Diretor Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, esse decidiu, por
124 unanimidade, autorizar a emissão de habite-se para o Instituto de Ensino Superior, tendo em vista o
125 cumprimento do termo de compromisso. Entretanto vieram os autos a esta PGM para manifestação
126 sobre os contratos de locação, uma vez que os mesmos não estão registrados em cartório, conforme
127 o artigo 253, que está descrito e acabei de ler. Gostaria de passar esse artigo e já entrar no parágrafo
128 seguinte, pois o 253 acabei de ler. Tal averbação é necessária para comprovar a indisponibilidade
129 deste local para outras ocupações, a fim de evitar que as vagas de estacionamento, com o passar dos
130 anos, diminuam prejudicando o trânsito no local. Neste caso, pelo que verifica, ocorreu a locação de
131 vagas de garagem em estacionamentos próximos à edificação do ora requerente, com a aprovação
132 do Conselho do Plano Diretor Municipal. Diante disso, encaminho os autos ao CPDM para
133 manifestação quanto ao questionamento do ilustre auditor fiscal, tendo em vista que os contratos de
134 locação não podem ser averbados no cartório de registro de imóveis, já que os imóveis onde se
135 localizam as vagas de garagem não são de propriedade do requerente e, além disso, possuem prazo
136 determinado. Cachoeiro de Itapemirim, 5/8/2014, Josiane Hibner Rodrigues Ramos, Procuradora
137 Municipal. Gostaria, Prof. Gilson, representante da UNES. Ele vai estar falando em cima deste
138 parecer, em cima deste pedido de habite-se. E em seguida nós estaremos abrindo espaço para as

139 discussões desse assunto. **Prof. Gilson Mendes (UNES):** Em primeiro lugar eu gostaria de
140 agradecer ao Presidente e a todos os membros do conselho, mais uma vez, a oportunidade dada à
141 UNES para que possa expor e comprovar todas as providências que foram solicitadas e foram
142 tomadas pela UNES. Então, o parecer final que tinha sido duas vezes aprovado pelo conselho, ficou
143 preso a essas vagas. A instituição, como o presidente acabou de enumerar, locou seis
144 estacionamentos e mais um em comodato, que contemplam as vagas todas. E aí o meu papel é
145 praticamente só mostrar as fotos dos estacionamentos em funcionamento para que os senhores
146 comprovem que realmente “as medidas” foram tomadas. Este é primeiro estacionamento, próprio da
147 instituição, em que nós alocamos 192 motos. Esse ficou exclusivamente para motos. Esse é próprio.
148 Uma outra vista, do subsolo do prédio da UNES. Mais uma visão e aí começam os estacionamentos.
149 Esse é na Rua Pinheiro Júnior, 16. Está lá em cima. Ele fica à disposição da UNES a partir das 18
150 horas até as 22 horas, nós mantemos sempre um funcionário, apesar que praticamente quase todos,
151 mesmo com essa alocação, tem ficado vazios, porque não tem quantitativo de alunos para ocupar
152 todas essas vagas, porque a maioria são de fora e vem de ônibus. Mas como é uma exigência, nós
153 cumprimos e procuramos atender. Então esse é um deles. Vamos em frente. Aí já é a Pinheiro
154 Júnior, 12. Uma outra vista da Pinheiro Júnior, 12. Sempre nós procuramos fotografar com duas
155 perspectivas para que os senhores tenham uma noção da identificação do funcionário e outra que
156 pegue as dimensões do estacionamento. Esse é o Pinheiro Júnior, 29. Vamos em frente. Também
157 outra vista já pegando a parte interna. Aí já é a Rua Pinheiro Júnior, 122. Também é outro
158 estacionamento. Os senhores podem perceber que quase todos continuam quase vazios. Não tem
159 demanda pra isso. Aí já é a Rua Moreira 51 a 57. Também o mesmo com outra vista. E finalizando
160 esse é um comodato, em frente a um supermercado, que nós usamos para professores. Por ser mais
161 próximo, bem em frente ao prédio. Nós usamos para os professores. Bem, dentro do prédio nós
162 enumeramos para os alunos, e divulgamos quais são os estacionamentos disponibilizados, e aí eles
163 já sabem essa alocação em que o carro deles está. Isso foi feito de acordo com as secretarias
164 municipais de modo que, na alocação, alguém que vem do lado de cá (margem sul), então foi
165 disponibilizado um estacionamento mais do lado de cá de modo que não precise cruzar. Os que vem
166 da outra cidade, já ficam mais nessa ponta (margem norte). Isso tudo foi bem pensado junto com a
167 Secretaria de Transportes. Vamos em frente Marcelo. Eu trouxe também as cópias dos contratos. Se
168 alguém desejar ver, eu posso disponibilizar, passar. São todos contratos atualizados. Alguém deseja
169 dar uma conferida? Mas, está no processo. É mais ou menos isso. Então, o que a UNES tem a dizer
170 é que tudo que foi solicitado foi atendido. A própria instituição tem interesse em atender. Ela é a
171 maior interessada em não criar transtornos no entorno, porque quando a gente cria um transtorno
172 para a vizinhança, essa vizinhança em vez de ser parceira vai ficar contra a instituição. E pra gente é
173 muito interessante tê-las como parceiros. Por que tem filhos, tem sobrinhos, tem parentes que vão
174 ser alunos da UNES. Então, nós temos o maior interesse em agradar. Me coloco à disposição e se
175 alguém desejar fazer alguma pergunta. **Dr. Gildo Dalto Júnior (Advogado da UNES):** Boa tarde,
176 eu sou advogado da UNES. É que, na verdade, o professor se preocupou em demonstrar.....
177 (inaudível). **Presidente Cidinei Nunes:** Doutor, identifique o nome e sobrenome, pois está
178 gravando. **Dr. Gildo Dalto Júnior:** Gildo Dalto Júnior, advogado da UNES. Quero apenas
179 complementar as informações do Prof. Gilson, no sentido que ele demonstrou para os senhores que
180 ocorreu a locação de forma normal. Mas esse parecer que, parece, que nos causou uma dificuldade,
181 relacionado à averbação das vagas, a própria Procuradora já disse, mas eu gostaria de frisar, que
182 essa legislação se refere à averbação de vagas de estacionamento que sejam de propriedade do
183 proprietário do imóvel. Então, às vezes um proprietário de imóvel que não tem o próprio imóvel
184 vagas de estacionamento, ele tem um outro terreno, que é utilizado para o estacionamento. Então,

185 este outro terreno deve ter as vagas averbadas, para que, posteriormente, ele não altere a utilização
186 dessas vagas de estacionamento. Mas, no nosso caso, em função do TAC, que foi permitido, então,
187 numa possibilidade extraordinária, que a UNES locasse vagas de garagens, não há a possibilidade
188 de averbação, porque as vagas de garagem não pertencem à UNES. O que acontece com a UNES,
189 neste caso aqui, é que anualmente a UNES deverá comprovar a manutenção dessas vagas através de
190 novos contratos de locação. Então, a averbação seria impossível. Só para registrar. No mais, todos
191 os itens foram atendidos. Certo? Obrigado. **Presidente Cidinei Nunes:** Muito bem, ouvimos assim
192 o Prof. Gilson, Dr., também explicando a respeito do assunto. Gostaria de abrir para inscrições,
193 quem gostaria de falar sobre esse assunto: Conselheiro Rogério; Conselheiro Mário; Conselheiro e
194 Secretário Yuri; Conselheiro João Batista; Conselheira Renata e Conselheira Ilvene. Mais alguém,
195 fechou? **Conselheiro Rogério Casaes (FAMMOPOCI):** Boa tarde, Rogério (FAMMOPOCI). Só
196 uma pergunta que provavelmente deva estar. Acho que a maior preocupação é você ter o uso da
197 UNES e outras pessoas vierem a usar, e acabar não tendo espaço futuramente. No contrato de
198 locação está escrito que é de uso exclusivo, ou seja, o locador não pode utilizar para outros veículos,
199 a não ser os dos alunos da UNES? **Presidente Cidinei Nunes:** Antes, gostaria de perguntar: vai
200 responder a cada pergunta ou vocês querem que junto todas as perguntas, e eles respondem todas
201 depois? **Prof. Gilson Mendes (UNES):** O contrato foi feito com exclusividade entre 18 e 22 horas,
202 porque é a hora em que exatamente os estacionamentos estão subutilizados ou não são utilizados.
203 Mas, durante o dia, funciona normalmente para a empresa proprietária do estacionamento. Porque,
204 na realidade, a instituição só funciona à noite. Então, nós só pegamos à noite. **Conselheiro Mário**
205 **Nascimento (UGT):** Mário da (UGT): Gostaria de deixar registrado que quando esse assunto lá
206 atrás, que era polêmico, para Cachoeiro, uma questão de mobilidade urbana, salientar que esse
207 conselho, depois de tanto tempo, novamente tem a experiência de ver a experiência de resultados
208 positivos. Que nós enfrentamos um assunto polêmico lá atrás; e que hoje nos traz novamente ao
209 CPDM, como eu fiquei um espaço fora, e quando retornei participei do GT lá atrás. Salientar e
210 deixar em ata que esse Conselho, novamente, não é contra o progresso ou os empreendimentos
211 vindos para Cachoeiro. Que essa matéria em tela prova isso. Com o TAC, e o empreendedor, aqui
212 justificando aquilo que foi feito por essa comissão, que foi instituída lá atrás em 2012. Muito
213 obrigado. **Conselheiro Yuri Sabino (AGERSA):** Boa tarde, eu queria fazer uma observação. É que
214 o município está fazendo um estudo (um trabalho da SEMDURB, Secretaria de Obras, Secretaria de
215 Serviços Urbanos, Secretaria de Transportes e a própria AGERSA), do Plano Diretor de Transporte
216 e Mobilidade da cidade. O Governo do Estado do Espírito Santo fez uma grande licitação para
217 atender as cidades polos: Cachoeiro, Guarapari, São Mateus, Colatina e Linhares. Esse trabalho foi
218 feito, já está bem avançado, dias atrás teve uma audiência pública na UNES, para apresentar a
219 terceira fase do Plano Diretor de Transporte. E uma situação como essa remete ao crescimento da
220 cidade onde não tínhamos ainda técnicas ou modelos estatísticos e matemáticos para analisar polos
221 geradores de tráfego. O caso típico de um hospital. O caso típico de um supermercado, um
222 shopping. O caso típico de uma instituição de ensino. São polos geradores de tráfego. E quando o
223 município se antecipa em fazer esses estudos dos polos geradores de tráfego, entender praticamente
224 o número de viagens de atraem aquele empreendimento, é que se tem condição de maior de
225 planejamento. O que o município está tentando fazer, hoje, é ver as medidas mitigadoras, inclusive
226 orientando a população para que busque rotas alternativas. As pessoas às vezes estão no conforto do
227 seu automóvel, mas procuram o caminho que lhes convém. Mas, nem sempre o caminho que
228 convém, é o mais imediato para chegar ao destino. Acho que esse TACA funcionou de forma
229 relativamente bem e é uma experiência que fica bem sedimentada pelo conselho. **Conselheiro Prof.**
230 **João Batista da Silva (USC São Camilo):** Boa tarde a todos. Ficamos aqui com uma dúvida. A

231 nossa dúvida é a seguinte: o que nos assegura que essas vagas no futuro próximo, considerando que,
232 hoje, em Cachoeiro, a disponibilidade de veículos em circulação é bem superior à nossa capacidade
233 de adequação da malha viária? O que nos assegura que essas vagas, observando esse limite de 200
234 metros, que foi citado, da instituição sede, será observado num futuro próximo, haja vista conforme
235 foi colocado pelo doutor, que não houve essa possibilidade de averbação? E nós estamos falando de
236 terrenos que comercialmente são de grande interesse comercial. Então existe essa preocupação, haja
237 vista aquele contorno, aquele fluxo ali, ele por si só, já é uma grande demanda de tráfego. Essa era
238 uma das nossas dúvidas. **Prof. Gilson**: Pelo que me consta esse *habite-se* e o alvará de
239 funcionamento vai ser deferido, com o condicionante de que a cada ano seja renovado, desde que as
240 vagas sejam mantidas. Se, porventura, um desses prédios vierem a ser ocupados, nós vamos ter que
241 buscar outras alternativas. Porque, então, não teremos a renovação do alvará e do **habite-se**. Não
242 vejo isso como um grande problema, pois vai estar condicionado à aprovação a cada ano. Seria isso
243 secretário? **Presidente Cidinei Nunes**: Fazendo uma observação que o *habite-se* é definitivo. O
244 alvará de funcionamento é que vai renovado todo ano. **Conselheiro João Batista da Silva (USC**
245 **São Camilo)**: Apenas só um complemento. Passando por ali, a gente observa ainda muitos veículos
246 nas calçadas, especialmente defronte ao prédio. Isso seria alguma coisa cultural dos moradores?
247 **Prof. Gilson Mendes (UNES)**: Conselheiro, são veículos e nós procuramos identificar todos os
248 veículos dos nossos usuários. Se perceber, todos eles tem um adesivo com a logomarca UNES. E
249 provavelmente nós temos orientado os alunos a estacionarem no estacionamento, até porque eles
250 tem mais segurança. Os carros estão guardados. Tem um funcionário, até respondendo ao senhor, se
251 outro poderia usar. Não usaria. Porque o funcionário estará na porta. E se o carro não estiver
252 identificado, ele não vai permitir a entrada. Então ele não vai deixar de colocar o carro dele num
253 lugar seguro, para um de sinistro, de roubo, ou deixar na rua. Agora outros carros que estão na rua
254 provavelmente são de transeuntes, de usuários de outros lugares. Aí não temos como fazer nada.
255 Porque não temos força de segurança extramuros da instituição. Essa é uma atribuição dos órgãos
256 públicos, a Polícia Militar. Então, não temos poder para tal. O que a instituição pode fazer é ligar e
257 pedir para rebocar, mas não tem poder para tal. Eu acredito que sejam carros de pessoas da rua. Ah,
258 sim, Marcelo aqui me lembra, à noite tem três restaurantes que funcionam e podem ser de usuários
259 desses restaurantes e, aí, não podemos controlar. **Conselheira Ilvene Marise (SEMDURB)**: De
260 fato o documento pode ser registrado em cartório. **Presidente Cidinei Nunes**: Seguindo gostaria de
261 informar logo após a Ilvene. Porque neste momento vamos ouvir a Dra. Renata. **Conselheira**
262 **Renata Sabra (OAB)**: Renata, OAB. Até pela impossibilidade do Dr. Nilton, que já tinha
263 informado que não poderia votar, por ser funcionário da instituição. Mas com a OAB não pode ser
264 furtar a participar do debate, falei com ele que viria à reunião. Sou moradora do bairro e a UNES
265 estar instalada ali não alterou, sobremaneira, a dinâmica do bairro. Porque sempre funcionou uma
266 escola, de manhã, de tarde e de noite, com cursos técnicos. O que aumentou foi a quantidade de
267 carros, mas isso aumentou em todo o mundo. No bairro tinha a Padaria do “Seu” Times. Agora tem
268 oito salões de beleza, uma padaria, cinco farmácias e quatro restaurantes, um supermercado e duas
269 igrejas. Duas igrejas. A gente fica olhando muito um foco. E vagas, registro de contrato, que tem
270 que executar o contrato é ele. A prefeitura é que tem que fiscalizar. O que não vejo ali é placa de
271 proibido estacionar e guarda multando. Se parar um guincho ali. Precisamos focar o resultado. Se
272 vira, conversa com a Nassau para ela abrir aquele grande campo para estacionamento. Mas, eu
273 Renata, e enquanto instituição, não vejo que a presença da UNES foi motivo de aumento de
274 trânsito, de tráfego, ou de problemas no bairro. Se ela atendeu, como de fato, atendeu. Registro no
275 cartório de títulos e documentos. Ninguém há de falar que não está público. A solução todos já
276 deram, e isso não inibiria o *habite-se* nem alvará de funcionamento. **Conselheira Ilvene Marise**

277 **Rodrigues dos Santos (SEMDURB):** Em relação à questão dessa impossibilidade de estar
278 gravando isso na matrícula. É uma exigência de um artigo do PDM. Que os empreendimentos que
279 não puderem ter o seu estacionamento e sua garagem locada no terreno onde encontra-se situado o
280 edifício, ele pode então estar sendo locado a 200 metros de distância. Esse artigo exige, então, que
281 seja gravado em registro de cartório. É uma situação, e eu quero aproveitar aqui, Senhor Secretário,
282 que eu vejo como uma dificuldade, não somente para a UNES, mas para diversos outros
283 empreendimentos, que venham a precisar dessa mesma situação. De precisar estar locando a 200
284 metros, tendo que isso seja gravado no cartório registro de imóveis. Eu queria ver com os senhores
285 conselheiros se podemos alterar esse artigo. É um artigo que está engessando, que dificulta a pessoa
286 conseguir gravar isso em cartório. Existe um meio de a gente estar registrando ou averbando em
287 forma de títulos e documentos. Que, necessariamente, não precisa gravar na matrícula. Você pode
288 pegar esse documento e o registra no cartório. Talvez esteja tendo uma interpretação incorreta.
289 Porque o artigo fala em registro no cartório. Fala na matrícula ou à margem da matrícula? Poderia
290 registrar, porque vai garantir à UNES, que é importante para a cidade. Nós vamos trabalhar com
291 transparência. De fato, o documento vai estar sendo registrado em cartório, sob a forma de títulos e
292 documentos. Vai estar atendendo, de certa forma. Mas é uma garantia, que vai ficar bom para o
293 município e para a UNES. **Conselheiro Antônio Mastela (SEMGOV):** Boa tarde a todos.
294 Primeiramente fico feliz por estar nesse plenário. Estamos acolhendo uma feira de rochas na região
295 e os conselheiros aqui. Isso mostra a importância dos temas em discussão todos os meses. Mas não
296 vou entrar na discussão sobre a UNES, pois pelo que se apresentou, parece que está praticamente
297 resolvido e solucionado. Parece que é pauta consolidada. Mas simplesmente colocar que a cidade
298 que nós estamos enxergando, é cidade que nós queremos ver no futuro. Temos que fazer algumas
299 adequações, mas acredito que os empreendimentos que ora estão vindo, o conselho, com muita
300 propriedade, vai fazer um direcionamento para que a cidade acolha em algumas regiões os
301 empreendimentos, que tenham maior vulto de pessoas ou de veículos, ou outro tipo de veículo, seja
302 de motor ou bicicleta. Então, temos esse compromisso e esse comportamento. E até para apresentar
303 para vocês uma atividade que também usa-se muito a rua Moreira, que é o nosso “Paulo Pereira”,
304 descem ambulâncias, com pessoas em busca de socorro e atendimento médico. E um pouco dessas
305 atividades no “Paulo Pereira”, a partir de amanhã quando daremos início ao atendimento no Pronto
306 Atendimento do Marbrasa; então muito dos serviços que são aportados aqui embaixo, vão ficar na
307 região do BNH e Aeroporto. Então vai tirar um pouco de veículos e de pessoas, inclusive reduzindo
308 o congestionamento nesse período de 18 horas, que é um pouco congestionado. Mas todas as
309 cidades do país, que tem desenvolvimento e progresso, isso acontece. Nós temos que aprender a
310 conviver. Na última reunião nosso Secretário de Serviços Urbanos esteve aqui falando da
311 dificuldade de fazer uso do cemitério municipal do bairro Independência. Então, praticamente as
312 ações de sepultamento de pessoas praticamente ficam reduzidas, pois já não há espaçamento, a não
313 ser aqueles que tem terreno próprio de família. Algum fluxo de veículo que já estava indo para
314 aquela região já deixa de ir ou se reduz bastante. Então, temos que colocar o assunto na pauta.
315 Então, chegam novos empreendimentos, alguns outros vão migrando para alguma outra área de
316 desenvolvimento do município. Então, o conselho precisa ficar muito ativo e atento à essas
317 questões. A nossa nobre conselheira da OAB falou que tem sete farmácias, salões de beleza etc.
318 Sabendo que daqui a alguns dias começa a construção do novo prédio do DPJ, a construção de uma
319 nova escola estadual e que vai fazer com que outros comércios se aloquem naquela região. E fazer
320 com que o empreendimento suporte as pessoas que vão chegar e crie vagas de estacionamento para
321 atender a todos. Para que não tenhamos no futuro próximo a situação parecida com a da UNES.
322 Essas situações vão se resolvendo, o município vai crescer e acredito que, daqui a cinco anos, nós

323 não estaremos mais discutindo essa questão de empreendimentos no centro da cidade, porque os
324 próprios empreendedores já estão migrando para outras fronteiras de desenvolvimento e de
325 expansão. Esse é um tema muito importante para ser discutido por todos nós. **Presidente Cidinei**
326 **Nunes:** O nosso prefeito estará assinando ordem de serviço da Unidade de Pronto Atendimento do
327 Conjunto Marbrasa, amanhã, na Praça de Fátima, às 16h30. Conselheiro José Antônio do Amaral
328 Filho (CREA): Boa tarde a todos da mesa e à assistência. Na verdade, concordo com o andamento
329 desse processo, sem nenhuma dúvida. Quero aproveitar apenas a oportunidade para uma reflexão.
330 Outro dia estávamos trabalhando a possibilidade da extensão do Distrito Industrial naquela região
331 do Aeroporto. E fico pensando se não é hora também de começarmos a pensar na possibilidade de
332 abrigarmos, pelo zoneamento, as instituições de ensino, que é uma mola propulsora do nosso
333 progresso, e de grande monta com as facilidades que isso possa desejar e impor a benefício de
334 todos, de quem é discente, docente, ou seja, porque isso traz a Cachoeiro de Itapemirim um suporte
335 favorável para que a indução do progresso da região Sul se faça com facilidade. É muito difícil para
336 uma instituição de ensino estar lutando para achar uma vaga no tempo e espaço. Não seria a hora
337 de, nesse conselho, como horas de estudo, trabalhar a possibilidade de comum acordo com as
338 instituições já estabelecidas, achar um espaço para zonearmos como uma área de interesse para
339 Cachoeiro de Itapemirim para abrigar as instituições de ensino. Deixo aqui a possibilidade desse
340 registro de debruçar, no menor tempo possível, sobre esse tema. É a mobilidade. Estivemos dia
341 desses na instituição (UNES) para discutir o Plano de Mobilidade Urbana e ficou flagrante a
342 dificuldade das cidades resolverem suas questões da ida e vinda. As cidades todas do Brasil estão
343 assim. A sustentabilidade se faz, hoje, pela ordem da mobilidade urbana. Fica o meu registro,
344 obrigado. **Presidente Cidinei:** Muito bem, ouvimos todos os conselheiros inscritos para esse
345 assunto referente ao relatório da UNES. Gostaria de aproveitar em cima daquilo que foi dito pelos
346 senhores. Pelo que anotei, houve uma proposta de registro dos contratos no cartório de títulos e
347 documentos. Confirmado, é isso mesmo? Mais alguma? Podemos abrir para votação? Gostaria de
348 perguntar aos senhores conselheiros, quantos votam a favor, da emissão do habite-se da UNES, com
349 o condicionante de anexar os contratos de locação dos estacionamentos registrados no cartório de
350 títulos e documentos? Quantos a favor? Vamos contar, por favor. Todos os conselheiros já
351 registraram. Por unanimidade foi aprovada a emissão do *habite-se* com a condicionante da anexação
352 dos contratos de locação dos estacionamentos com registro no cartório de títulos e documentos.
353 Inclusive o contrato de comodato. **Conselheiro Mário Nascimento (UGT):** acolhendo a proposta
354 da Ilvene, que num próximo (processo) remete à mudança (alteração) do artigo 253. Obrigado.
355 **Conselheiro Yuri Sabino (AGERSA):** o Mário antecipou, na verdade, o que eu iria propor.
356 Perfeito, Mário. É que se faz necessário, sim, um grupo de trabalho para discutir a alteração que a
357 Ilvene propôs no artigo 253. **Presidente Cidinei Nunes:** Havendo a concordância de todos os
358 conselheiros e conselheiras, podemos criar ainda hoje, se quiserem, lá no momento dos informes, ou
359 um pouquinho antes. **Prof. Gilson Mendes (UNES):** Gostaria de agradecer a todos pelo voto de
360 confiança dado à UNES e quero dizer que a UNES não vai decepcionar Cachoeiro. Muito pelo
361 contrário, tem trabalhando com bastante afinco, assim como a São Camilo, como a FDCI e como a
362 FACCACI, trabalhando duro para contribuir na educação e formação de pessoal, qualificando mão
363 de obra, que o município e a região Sul do Espírito Santo tanto precisam: mão de obra qualificada.
364 Então, estamos trazendo, a UNES e as outras instituições de ensino superior, coisas boas para o
365 município, formando gente. E os senhores, com essa votação favorável contribuíram, sobremaneira,
366 para nos ajudar a realizar nossos objetivos. Muito obrigado a todos. **Presidente Cidinei Nunes:**
367 **Item três da pauta,** apresentação de Estudo de Impacto de Vizinhança - EIV. Este assunto já estava
368 na pauta da reunião passada e não foi discutido, e mais uma vez ele está na pauta e não será, e vou

369 justificar porque. A nossa lei de estudo impacto de vizinhança, a Lei n.º 6.649/2012, foi discutida
370 pelo conselho e precisa de algumas alterações. Os empreendimentos estão chegando e nós
371 começamos a trabalhar com a lei e a trabalhar com esses estudos, e precisamos nos aperfeiçoarmos
372 naquilo que precisamos de fazer. Isso passou por uma comissão multidisciplinar (formada) de
373 engenheiros, arquitetos e outros profissionais da área e está numa pendência no item critério de
374 cobrança. Como vai ser o critério de cobrança? Porque nós temos que ter um critério. Valor do
375 empreendimento, local, qual tipo de empreendimento, como vão ser cobradas as contrapartidas, que
376 nós percebemos que tem sido de grande valia para o município neste momento. **Conselheiro Yuri**
377 **Sabino (AGERSA):** área bruta locável (para o caso de shoppings). **Presidente Cidinei Nunes:** nós
378 temos um economista e vamos precisar dele. Falta esse item e eles estão pesquisando em outras
379 prefeituras para quando trazer para o conselho, possamos enxergar num todo e definir o que será
380 melhor para Cachoeiro. Ainda está pendente devido à complexidade e à dedicação da equipe em
381 fazer o melhor. É um item que será apresentado na próxima reunião. E se Deus nos permitir, na
382 próxima reunião, estará nos ajudando a definir o critério de valor de contrapartida que os
383 empreendimentos vão repassar para o município para obras de mobilidade e no contexto
384 urbanístico. **Presidente Cidinei Nunes: Quarto item da pauta** é a respeito do processo de
385 loteamento. Na verdade, não é um processo de loteamento. Na verdade, é a definição de diretrizes
386 urbanísticas para uma região, que é a região que pega logo depois do Central Parque, Morro Grande
387 e São Joaquim, que está sendo estudada. Eu passei um relatório para a Ilvene e peço que preste
388 alguns esclarecimentos para o conselho. **Conselheira Ilvene Marise (SEMDUB):** Na verdade esse
389 assunto, que já começou a ser tratado no conselho, da expansão do Central Parque, exige alguns
390 critérios para que possa desenvolver e concluir esse estudo. Creio que a maioria dos conselheiros
391 aqui presentes já estão cientes disso. Jairo (de Freitas Di Giorgio) também participou do início dessa
392 conversa. E existem alguns critérios que precisam ser adotados para que, medidas, e isso possa se
393 tornar uma realidade. Estão listados aqui os serviços que precisam ser feitos. Vou fazer uma leitura
394 para vocês, porque isso está acontecendo, e é bom que fiquem cientes até porque tenha alguma
395 coisa que possa ser sugerido por vocês, que nós não vimos. Aqui fala do Estudo Preliminar da
396 Localidade de São Joaquim/Morro Grande. Metodologia Aplicada: seguir o traçado do perímetro
397 urbano utilizando o sentido horário. Área inicial do estudo: localidade de São Joaquim, Morro
398 Grande até a margem do rio Itapemirim. Margem do rio Itapemirim, lado direito? **Conselheiro**
399 **Yuri Sabino (AGERSA):** (sim, margem sul). **Conselheira Ilvene (SEMDURB):** Objetivo: estudar
400 o solo desta área para identificar a vocação do lugar, para proceder qual parcelamento do solo
401 urbano. Detectar os tipos de uso e estabelecer em lei o uso a ser dado. Nós temos que ver a vocação
402 daquela região. Sem identificar a vocação, não tem como estabelecer zonas de uso para o local. O
403 que está acontecendo ali, o que está indo para ali. Para que possa, então essa medida de estabelecer
404 zonas de uso, que a gente possa estar identificando quais são os usos permitidos pelo local. Porque
405 os tipos de uso tem que ser (compatíveis) entre si. Não podemos colocar determinados usos perto de
406 outro, porque pode causar um conflito. Isso é muito delicado e isso tem que ser feito. Atividades:
407 levantamento de campo para verificar o atual uso do lugar. Sua extensão, sua topografia, a questão
408 de relevo, a questão de APP. Traçar novas proposições para posterior análise do CPDM. Me lembro
409 que o Jairo (Dr. Jairo) frisou muito bem isso da vez passada, quando a gente falou em expandir em
410 direção a Córrego do Óleo. Depois o Mastela (SEMGOV) sugeriu até ampliar e expandir até
411 Moitãozinho. E ele (Dr. Jairo) falou da dificuldade que tem o relevo no local. E a gente tem mesmo
412 que verificar isso. Porque existe um artigo que trata do parcelamento e uso do solo, que (define) que
413 acima de 45 graus, se não me engano, não pode haver parcelamento. **Conselheiro Yuri Sabino**
414 **(AGERSA):** carta de altimetria. **Conselheira Ilvene:** É um critério que tem que ter cuidado, porque

415 é APP. A gente tem que tomar conta dessas áreas. A Fabiana poderia estar falando isso aqui. Traçar
416 novas proposições para posterior análise do CPDM. Propostas: traçar o limite da localidade de São
417 Joaquim até o limite com o rio Itapemirim. Traçar o limite de São Joaquim até 500m da Rodovia
418 462, mas está errado, é a Rodovia 482 e do rio Itapemirim. São as coordenadas. Limite de São
419 Joaquim com a zona industrial e a zona de atividade dinâmica. Isso aqui é uma proposta, na
420 verdade, de criar zonas de uso. Poderíamos mostrar depois, na conclusão dos estudos. Projetar aqui,
421 para que vocês possam entender melhor. **Conselheira Renata Sabra (OAB):** Mas aí já existem
422 atividades estabelecidas, e o estudo já poderia identificar exatamente o que tem. Trecho inaudível.
423 **Conselheira Ilvene (SEMDURB):** Estrada Municipal Rodovia "Manoel Faria de Jesus", que já dá
424 acesso a São Joaquim com limite de 1,5m para cada lado. São detalhes técnicos. Para legitimar as
425 propostas acima deve-se aprofundar os estudos com visitas em campo, verificando a vocação do
426 lugar, análises topográficas e geológicas. Verificar as legislações municipais, estaduais e federais
427 pertinentes, além de viabilizar contato com a SEAMA, para verificar se houve estudo de
428 parcelamento e zoneamento ecológico econômico do estado; e se Cachoeiro de Itapemirim foi
429 incluído no estudo. Vale enfatizar que tudo começa com o diagnóstico de recursos naturais, da
430 economia e dos marcos jurídicos e institucionais, para só depois se propor a divisão em zonas, com
431 diretrizes gerais e específicas para cada atividade, criação de unidades de conservação, espaços para
432 extrativismo, agropecuária etc. **Conselheiro Chrispiniano Reis (CETEMAG):** Gostaria de
433 lembrar o seguinte. A vocação ali (São Joaquim) já é industrial, inclusive já temos lá a instalação de
434 gás e a logística é muito importante. Você consegue estar perto de suprimento, principalmente na
435 área de mineração, e também do escoamento, seja para o Norte do país, Sul, Centro-Oeste. Ali é um
436 ponto estratégico. Tem a rede ferroviária presente, então a vocação é industrial. Mas, contudo, para
437 que você faça um pólo, estive na Alemanha, e lá tem uma separação, permitindo uma parte de
438 apoio, de suprimento do que precisa a indústria. Uma parte de residências, para que o operário não
439 fique muito longe. É um estudo bem complicado. Mas é muito bonito isso aí. É um trabalho muito
440 bom de ser feito e estudado. **Conselheira Renata Sabra (OAB):** Acrescentando ao que o
441 Chrispiniano, do CETEMAG, falou. É interessante, neste estudo, a gente identificar tudo que já
442 existe nesse lugar. Porque já sabemos do problema da regularização fundiária que o Distrito
443 Industrial de São Joaquim está enfrentando. Então teríamos que trazer um estudo para acabar com
444 esse problema. E uma segunda possibilidade é que como a rodovia que dá acesso está sendo
445 duplicada, talvez tem que contemplar essa possibilidade da duplicação. Mas que a gente tenha a
446 exata noção da vocação da área, mas que não despreze levar para lá e destinar outras vocações. Por
447 exemplo, já temos um pólo educacional. Nós temos o IFES, temos a FACCACI, a FDCI, nós temos
448 a Escola Agrotécnica de Rive (o IFES), temos a UFES, e aquela região toda é utilizada para fins
449 educacionais. Nós temos o NEDTEC, em Jerônimo Monteiro. Isso tudo, aquela região deveria
450 contemplar habitação também. Isso é extremamente necessário, identificar um lugar bem aprazível
451 para o pessoal residir. Quando a Ilvene falou, no primeiro momento, e eu estava com microfone
452 desligado, que o primeiro ponto identifica aonde vai ser. É a identificação de Morro Grande e São
453 Joaquim (área do estudo). E lá embaixo quando ela vai falar somente de São Joaquim é para
454 identificar exatamente aonde fica São Joaquim, porque ninguém efetivamente sabe o limite de São
455 Joaquim. A gente tem que estender isso também para a localidade de Morro Grande, porque Morro
456 Grande é dali até Soturno. É isso mesmo, ninguém sabe exatamente. O que precisar da OAB, a
457 OAB está à disposição. **Conselheiro Chrispiniano Reis (CETEMAG):** Só para acrescentar.
458 Ontem fomos contemplados com a inauguração do novo prédio do CETEM, do qual sou consultor,
459 o CETEM - Centro de Tecnologia Mineral. E é o único, além da sede no Rio de Janeiro. É o único
460 no país. Cachoeiro ganhou e o Espírito Santo ganhou. É o primeiro núcleo fora da sede. **Presidente**

461 **Cidinei Nunes (SEMDURB):** Antes gostaria de mencionar que esse estudo está sendo feito, e sem
462 dúvida nenhuma, nós precisamos de ter previsão de área residencial para atender a demanda
463 daquela região. Para não precisar se deslocar, atravessar a Jones dos Santos Neves, às vezes o
464 centro da cidade, outros mais para chegar em suas residências. Entendendo que a vocação é
465 industrial, comercial, nós precisamos de ter uma via coletora, uma via principal, atravessando
466 aquela região, para ligar à rodovia universitária, algo que buscamos junto aos órgãos competentes
467 para a execução. Entendemos que é uma ligação muito importante para a cidade, que tenha uma via
468 coletora, uma via principal, que ligue a essa rodovia. E que nesses espaços nós criemos também
469 áreas residenciais para atender às demandas. Isso também está sendo observado. Acho que o
470 conselho foi muito feliz nessa colocação. Isso mostra que o conselho está ligado nos assuntos
471 urbanísticos e no crescimento da cidade. De tal forma e em sintonia com a equipe técnica.

472 **Conselheiro Yuri Sabino (AGERSA):** Eu queria resgatar rapidamente a fala do Mastela, do Dr.
473 Amaral e da Renata. O Mastela falou em relação a alguns eixos de crescimento da cidade. Eu me
474 lembro que o primeiro Plano Diretor Urbano da cidade, o Plano Ary Garcia Roza, ele pressupunha,
475 sugeria, que a cidade fosse crescer em direção ao eixo BR, a região da Safra. Na verdade, isso não
476 aconteceu, até por uma série de dificuldades. E se isso acontecesse, aconteceria como São José dos
477 Campos, Taubaté, as cidades do Vale do Paraíba, que são cortadas pela Dutra, e que você tem uma
478 dificuldade extrema, Dr. Amaral, de fazer alças de acesso, viaduto, mergulhão, e todas aquelas
479 dificuldades que são inerentes a uma cidade cortada por uma rodovia de tráfego intenso. E esse
480 tráfego intenso se avizinha daqui a pouco também com a duplicação da BR 101. Em relação à
481 questão de destinação de habitação, Dra. Renata, já há algum tempo atrás, ainda na minha
482 experiência na SEMDEC, fizemos dois dias de campo. Tomamos sol de 7 da manhã até sete da
483 noite, com o professor Francisco Rapchan, do IFES, e o professor Tadeu Pissinatti. Naquela ocasião
484 o Sr. Lauro Lemos e a Dra. Cláudia Lemos propuseram doar, primeiro para o município e depois
485 para a União, uma área de terreno para se construir ali um pólo tecnológico. Praticamente quase em
486 frente ao IFES, Ruberval (ACISCI). Então essa vocação educacional, esquecemos do pólo UAB e
487 do próprio CETEM. O CETEM, Sr. Chrispiniano, foi também um trabalho do município. Nós
488 fizemos algumas emendas no orçamento do município, alocamos esse recurso na verba da
489 SEMDEC para a compra do terreno. O município comprou o terreno, é bom deixar isso registrado
490 em ata, como documento público, doou para a União, para que a União pudesse construir o
491 CETEM. É uma área de 10.000 metros quadrados. O prédio edificado tem em torno de 1.000m². Eu
492 até sugeriria, Sr. Chrispiniano, que poderíamos batizar o CETEM com o nome do professor Adriano
493 Caranassios, que foi uma pessoa que veio a Cachoeiro uma centena de vezes. Dedicou sua vida ao
494 setor de rochas ornamentais. De uma grande contribuição para que CETEM hoje estivesse sendo
495 inaugurado em Cachoeiro. Na sequencia. **Dr. Amaral (CREA):** Eu vou fazer um registro. Em 2007
496 e 2008 coordenei uma equipe de um trabalho que interessava o Sul. O trabalho foi realizado pela
497 SUPPIN, com benefício do município de Cachoeiro de Itapemirim. Através daquele estudo
498 indicamos prioridades para ocupação dos pólos empresariais. Este estudo deve estar com a
499 Prefeitura, mas se houver dificuldade, podemos ter um volume. Aonde essas questões são avaliadas,
500 fundiárias, questões de impacto ambiental. Lógico, guardando o tempo. Graças a Deus, o Sul cresce
501 bastante. E outros pontos teriam que ser reconsiderados. Lembrando apenas que nesse eixo, que sai
502 da 393 indo a Morro Grande, são cerca de 8Km, registra pelo lado do Aeroporto, aproximadamente,
503 numa aferição de tráfego que tenho feito, cerca de 2.500 veículos/dia. A questão é da expansão
504 *versus* mobilidade. Se perseguindo o que temos aqui, precisamos dotar Cachoeiro de Itapemirim de
505 um dos 387 aeroportos de caráter regional. Se nós não sufragarmos isso com rapidez, num esforço
506 de trazer logo esse aeroporto, para aqui e garantir sua mobilidade, estamos certamente impedidos de

507 crescermos. Vejo que esse estudo deva merecer esse foco. Ao colocar ali a gama de aporte de
508 instituições de ensino fica aclarado, quase que definido, que a maior vocação devia ser essa.
509 Principalmente porque ali está o CETEMAG, agora o CETEM. E é uma localização espetacular,
510 porque tem mobilidade para todas as rodovias federais que acessam essa região nossa. Saímos sem
511 ter que passar pelo centro nervoso da cidade de Cachoeiro de Itapemirim. Isso é muito importante.
512 Urge. Devemos apressar esse trabalho, que é de extrema importância, vital para Cachoeiro manter
513 sua centralidade política e econômica, em relação aos grandes projetos, principalmente Roterdã, que
514 está em avanço rápido. Não há como desperdiçar essa ferrovia, até por um cunho de
515 empreendimento voltado para o divertimento. Isso é ponto de interesse de negócios para o Sul, não
516 podemos desprezar. Só há social agradável, com o econômico fortalecido. Não há mágica. Deixo
517 esse registro aos senhores. O trabalho existe e está à disposição. **Mário Nascimento (UGT):** Nas
518 falas anteriores e sobre o que está em tela, eu tenho só uma observação. A preocupação do
519 crescimento do nosso município e a Secretaria de Planejamento Municipal precisa ser observada de
520 um outro prisma por este conselho. O município não vai conseguir acompanhar esse inchaço
521 populacional e de empreendimentos de Cachoeiro. O conselheiro Amaral falou no Roterdã. A
522 Ferrous comprou todo o terreno de Kennedy, ele foi simplesmente apanhado, superfaturado, e está
523 lá hoje aquele caos, nas (mãos) de um só. Cachoeiro, se vocês observarem bem, faz um círculo de
524 360° e analisa quem (são) os proprietários dessas terras, para crescimento futuro. Nós temos alguns
525 empresários que tem informações privilegiadas, que (antecedem) muitas coisas em Cachoeiro. É
526 coisa oculta de Cachoeiro. Se nós queremos o crescimento e pensar a cidade do futuro, o conselho
527 não pode continuar com a secretaria que temos, sem estrutura. Se eu falar hoje qual é o estudo que
528 vocês tem em médio e longo prazo para Cachoeiro, planejamento e crescimento, nós não temos.
529 Nós temos excelentes profissionais, servidores, mas não temos estrutura. Se (falarmos) do Fundo de
530 Desenvolvimento Municipal, nós temos? Não temos. Nós temos que pensar primeiro em dar
531 estrutura à secretaria. Não dá mais para encarar o crescimento de Cachoeiro sem eu estruturar a
532 secretaria. (São) poucos profissionais, são excelentes profissionais, conhecem Cachoeiro. Mas não
533 tem condições de tocar aquilo sozinhos. Não tem estrutura. Tem uma demanda muito grande, mas
534 os recursos humanos são poucos. Não podemos mais protelar a independência da Secretaria. Com
535 dotação orçamentária e planejamento. Na próxima reunião criar um GT para tratar da estruturação
536 da secretaria. Se eu for cobrar agora como conselheiro, naquela área que está em tela, nós temos ali
537 uma Mata Atlântica, ao lado direito subindo, depois do Bailão Classe A, tem umas indústrias
538 mecânicas pesadas. Tá tudo cortado também. Os moradores: vai ser residencial, industrial, o pólo
539 acadêmico, a FDCCI, já tá tudo misturado, a duplicação está vindo em cima, e nós não *tamos* dando
540 conta do crescimento. Esse conselho vai ficar mais dois anos aí, nós vamos aprovar, aprovar,
541 aprovar em cima de urgência. Mas não temos o planejamento da secretaria. E nós temos que parar,
542 frear e pensar na secretaria como planejamento e desenvolvimento desse município. Tem que ser
543 encargo de imediato. Não dá para continuar mais assim. Muito obrigado. **Presidente Cidinei Nunes**
544 **(SEMDURB):** Como foi enviado para os senhores a pauta com quatro itens assuntos/específicos, o
545 quinto item eram os informes, mas eu tenho um outro processo e que eu preciso apresentar aos
546 senhores, e pedir para incluir na pauta, pois a hora está nos ajudando quanto a isso. Gostaria que os
547 senhores avaliassem, e ver se podemos incluir na pauta e discutir ainda nessa reunião. É um
548 processo de licença para construção, Protocolo n.º 36.207/2011, que tem como requerente o Sr.
549 Ruberval da Silva Rocha, Avenida Francisco Lacerda de Aguiar, n.º 410 a 426, Bairro Paraíso. É
550 um processo que foi analisado e o alvará de construção emitido dia 16 dezembro de 2011, com uma
551 área de construção de 34.451,99 m². Um projeto que já está em execução e chegou para nós um
552 pedido de alteração de projeto aprovado. Eu preciso remeter aos senhores se permitirem a inclusão

553 nessa pauta. Não sei se o requerente vai se despir da qualidade de conselheiro para apresentar. Está
554 conosco também o profissional, engenheiro civil, Astor Dillem dos Santos, para nos esclarecer
555 aquilo que se pede nesse processo. Gostaria de pedir aos senhores quantos os senhores e senhoras
556 aprovam, uma vez que o horário é favorável. Quantos aprovam. Todos aprovam. Ruberval se
557 absteve e os demais votaram favorável à inclusão. Estaremos ouvindo o Ruberval a respeito desse
558 assunto e, em seguida, o engenheiro Astor Dillem dos Santos. **Ruberval Rocha (ACISCI):** Boa
559 tarde a todos e a todas, presidente e demais conselheiros e ouvintes. Esse projeto embora esteja
560 nominado, encabeçado e titulado por mim, porque o terreno era de minha propriedade, ele foi
561 transferido a um condomínio, condomínio esse, para deixar de forma bem clara, é aquele
562 empreendimento em frente à São Camilo. E a propositura, embora a gente está tendo a maior ética e
563 o maior zelo, em passar por esse conselho, de forma bem decente, e de forma ética já me absteve
564 tanto da inclusão na pauta como da votação, e já declaro a retirada do meu voto. Mas gostaria de
565 informar o seguinte. Trata-se de uma inclusão de mais vagas de garagem, sem aumentar a altura,
566 sem aumentar o coeficiente, coisa que só vai beneficiar o município e aquela avenida. Então, o
567 engenheiro Astor vai explanar todo o processo, de forma que fique bem claro para os conselheiros,
568 e fiquem extremamente à vontade, e com bastante ética, conforme é peculiar desse conselho. Era
569 isso o que eu tinha a dizer Secretário. **Presidente Cidinei Nunes (SEMDURB):** Antes de ouvir o
570 engenheiro Astor Dillem vale ressaltar que foi encaminhado à Secretaria. A secretaria encaminhou à
571 COMTEC para que se manifestasse, que é a primeira instância nesse nível de tramitação. E a
572 COMTEC já se manifestou, dizendo que de acordo com o Anexo 11, da Lei n.º 5.890, PDM, o
573 embasamento máximo permitido é de cinco pavimentos, conforme o projeto protocolado sob o
574 número 36.207/2011. Então eu tenho aqui uma manifestação dizendo que o projeto foi aprovado
575 dentro daquilo que previa a legislação. Para isso, o engenheiro Astor vai explicar. Em seguida
576 vamos abrir à discussão. **Engenheiro Astor Dillem dos Santos Júnior:** Boa tarde à comissão. O
577 Ruberval deixou bem claro essa questão do empreendimento e do que se trata e também o próprio
578 secretário. Esse empreendimento já se encontra em andamento e execução. Fica localizado ao lado
579 Shopping Sul e se trata de um empreendimento comercial. Temos pavimentos de garagem, temos
580 pavimentos de lojas e também de salas. São duas torres compreendidas nesse mesmo
581 empreendimento. O que a gente pede, e está solicitando a essa comissão, é a inclusão ou no caso a
582 permissão de um pavimento intermediário, que a gente chama de garagem três, nível três. Essa
583 garagem tem um pé direito que nos permite, favorável, a esse pavimento intermediário. É um pé
584 direito de 6m (seis metros), se não me engano, 6,36m. E nos permite esse pavimento intermediário
585 de garagem. Nada mais é: porque esse pavimento? Para que se aumente o número de vagas de
586 garagem de estacionamento, para não somente o empreendimento, mas para o que ocorre no
587 entorno do empreendimento. Mobilidade urbana. Existe uma preocupação muito grande da nossa
588 empresa e eu, particularmente como engenheiro responsável da obra, de que o aumento de fluxo de
589 veículos, hoje, no município, e principalmente naquele bairro, e naquela via, onde está sendo
590 empreendido esse imóvel, está aumentando e a tendência é aumentar cada vez mais o fluxo de
591 veículos, como caminhões e ônibus. Então a gente pede que, se possível, atendendo ao senhor
592 secretário, que nós estamos dentro do gabarito permitido, com cinco pavimentos de embasamento e
593 dez pavimentos tipo. Mas a gente não estaria infringindo ou passando da nossa cota máxima,
594 porque o próprio pavimento já permite a inclusão desse intermediário e, com isso, a gente estaria
595 aumentando o número de vagas e facilitando a mobilidade humana. A gente quando fala de
596 mobilidade humana, a gente se preocupa com as pessoas que circulam no entorno do
597 empreendimento e o aumento de veículos também. Então eu gostaria de pedir a essa comissão a
598 compreensão e a inclusão, se possível, desse pavimento intermediário. **Presidente Cidinei Nunes**

599 **(SEMDURB)**: Muito bem. Gostaria que o engenheiro permanecesse. E saber quem quer se
600 inscrever para discutir sobre esse assunto, fazer perguntas, esclarecer as dúvidas para deliberar
601 sobre isso. Engenheiro Jairo Di Giorgio, conselheira Renata. **Jairo Di Giorgio (Sinduscon)**: De
602 acordo com o gabarito, vocês estão no gabarito máximo, então acho que a secretaria foi bem
603 taxativa nisso aí. Eu, também como empreendedor, acho que a sua solicitação tem um grande peso.
604 Quando você começou a falar, comecei a pensar de que forma a gente poderia resolver esse
605 problema para você. Estou formatando uma ideia e depois os conselheiros e até a secretaria
606 poderiam pensar alguma coisa dessa forma. Já que você tem um pé direito de seis metros, não vai
607 aumentar a altura do prédio. Se fosse um pavimento comercial eu poderia chamaria isso de
608 mezanino ou sobreloja, não poderia? Por que não a gente criar um pavimento intermediário de
609 garagem também com o nome dessa forma? Isso é uma proposta que podemos fazer para a
610 secretaria. Acho que é um benefício para o empreendimento. Hoje vagas de garagem é um negócio
611 indiscutível. Vai melhorar o entorno, vai melhorar todo mundo. Acho que sem vagas de garagem
612 não tem condição. Tudo que você criar para vagas de garagem ainda é insuficiente. Acho que tem
613 como de fazer um pavimento intermediário, criar um nome, um pavimento específico para resolver
614 esse problema para você. Eu sou a favor que a gente crie esse pavimento. É só. **Renata Sabra**
615 **(OAB)**: Boa tarde Astor, é uma honra recebê-lo aqui no nosso conselho. Quantas vagas de garagem
616 serão criadas? Astor: além? Renata: além. Astor: 69. Renata: o acesso a essas vagas de garagem vai
617 se dar por onde? Astor: pelo mesmo acesso que já existe às rampas intermediárias. Renata: saídas
618 também, não vai ter outro acesso? Astor: mesma entrada e saída. Renata: não haverá modificação
619 externa? Astor: não, nenhuma, nenhuma. Renata: sem mais perguntas. **Presidente Cidinei Nunes**
620 **(SEMDURB)**: Voltando ao conselheiro Jairo, ele citou e eu gostaria de manifestar e entender, e os
621 demais conselheiros também. Mezanino pode, por que não o pavimento de garagem. Então, seria
622 esse intermediário em vez do mezanino comum que se poderia utilizar, você quer aumentar o
623 número de vagas de garagem? Engenheiro Astor: sim, exatamente, aumentar o número de vagas de
624 garagem. Por esse motivo nós trouxemos esse processo até aqui. Porque nós, pela secretaria e a
625 legislação que precisamos atender, ela deixa um pouco vago. E quando isso acontece trazemos para
626 o conselho, porque esse conselho é deliberativo. Por isso trouxemos para discussão e votação.
627 **Conselheira Nuzimar Moreira (AMPE)**: Sou Nuzimar, da AMPE. Tive uma dúvida. Você falou
628 6,35m mais ou menos. Isso é uma área total, você vai dividir essa área em três espaços? Astor: Não
629 é uma altura, chamado de pé direito, de 6,36m, de um pavimento, vamos aproveitar já que temos
630 um pé direito que favorece, porque não incluir mais um pavimento de garagem. Exatamente, um pé
631 direito normal. **Presidente Cidinei Nunes (SEMDURB)**: conselheira Ilvene: em seguida vamos
632 votar. **Conselheira Ilvene Marise (SEMDURB)**: É o seguinte. Eu não posso ser omissa em dizer
633 que eu sou, além de conselheira, trabalho junto ao licenciamento, na Secretaria de Obras, e a gente
634 sabe que mezanino pode ocupar 20% da área. Mas ouvindo a fala do Jairo e de outros conselheiros
635 eu penso o seguinte: de fato, Jairo, isso que você falou é verdade, porque se a gente for permitir, e a
636 lei permite um pavimento de mezanino ali, atrairia mais comércio. Eles poderiam colocar mais
637 comércio, ou seja, a população ia até aumentar, de proprietários do prédio. Em contrapartida, é
638 melhor ter mais salas, o que é permitido, do que ter vaga de garagem. Mas quero esclarecer que
639 nesse pavimento pode mezanino ocupando 20% dessa área. Eu não posso ser omissa, porque além
640 de conselheira, o engenheiro é meu irmão. Eu tenho que ser transparente e é bom que todo mundo
641 pense da melhor forma. De fato, para o município é bom, que tenha vaga de garagem ali. E são 69
642 vagas excedentes. Então, isso é muito importante para aquela região que está numa situação com o
643 sistema viário sobrecarregado. Essa é a minha fala. **Engenheiro Astor**: Só para completar,
644 excedentes ficariam um total hoje no empreendimento de 592 vagas de garagem, total. **Renata**

645 **Sabra (OAB):** Com a inclusão dessas vagas que serão construídas? Astor: Exatamente. **Renata**
646 **Sabra (OAB):** Um aparte: a fala do Jairo era de fazer por analogia um mezanino para vagas de
647 garagem. O que se pretende aí é construir um andar, não é um mezanino. Seria aplicar por analogia,
648 Jairo? Ele seria totalmente fechado um andar. Já que eu posso fazer um mezanino, posso aproveitar
649 como vaga de garagem. **Jairo Di Giorgio (Sinduscon):** isso. **Mário Nascimento (UGT):** A matéria
650 aí, acho que está superada. Mas, um esclarecimento. Qual foi o parecer da COMTEC? **Presidente**
651 **Cidinei Nunes (SEMDURB):** A COMTEC descreveu a letra da lei. Ela disse que a lei diz que são
652 cinco pavimentos que podem ser embasados. É o que tem lá: cinco pavimentos. Ou seja, pé direito
653 de 6,36m. É exatamente isso: a lei diz que você pode embasar cinco. É o que está querendo utilizar
654 esse de 6,36m, dividir ao meio, para ter mais um pavimento de garagem, para poder melhorar a
655 mobilidade e o que já foi explicado. O parecer da COMTEC é a letra da lei. **Mário Nascimento**
656 **(UGT):** Então, ela é favorável? **Presidente Cidinei Nunes (SEMDURB):** Não, ela disse que a lei
657 determina cinco pavimentos embasados. É o que tem no projeto hoje aprovado. Ele diz o seguinte: o
658 jeito que está aprovado é o que a lei descreve. O que quiser além disso, a lei não me autoriza. Por
659 isso foi encaminhado para o conselho, pois é um assunto que não tem previsão legal. É uma
660 exceção. Por isso eu preciso da manifestação do conselho por ele ser deliberativo, quando a lei não
661 trata desse assunto específico. Lembrando que o mezanino pode. A Ilvене foi bem taxativa em dizer
662 que pode em 20%. Isso ele poderia, agora um pé direito, dividir 20% e colocar mais lojas. Várias
663 lojas. Não sei quantas dariam. Mas o desejo não é aumentar a quantidade de lojas, mas sim
664 comportar mais as pessoas que vão utilizar aquele local. Por isso que está neste conselho. **Mário**
665 **Nascimento (UGT):** A Ilvене se manifestou antes, falou dos laços familiares, o Ruberval se absteve
666 antes, o Júnior também a gente tem como um bom profissional, excelente profissional. E a
667 COMTEC também fez o parecer dela. E nesse conselho temos que manter uma transparência, como
668 tendo até hoje e vamos ter. Minha preocupação é o parecer da COMTEC. Como vamos fazer com o
669 parecer da COMTEC que já deu. **Presidente Cidinei Nunes (SEMDURB):** Mas o parecer da
670 COMTEC faz parte, é forma. Isso é procedimento formal. Ou seja, o licenciamento manifesta.
671 Vamos supor, o licenciamento nega. A COMTEC pode ser favorável, ou pode não ser favorável. A
672 COMTEC geralmente é taxativa, só é consultiva. Ou seja, eu consulto a COMTEC: o que a lei fala?
673 A COMTEC diz: a lei fala isso e isso. No caso do conselho, ele tem a atribuição de ser deliberativo.
674 Também é uma forma, ou seja, primeira instância e segunda instância. Aqui é a segunda instância.
675 **Mário Nascimento (UGT):** Sim presidente, mas a gente se baseia nos moldes anteriores de outros
676 processos que vieram para cá. Nós temos um entendimento que a COMTEC é um órgão consultivo
677 para nós, dá elementos ao conselho e nos dá os parâmetros para votações futuras, até como respaldo
678 à estrutura dela. **Presidente Cidinei Nunes (SEMDURB):** Só para esclarecer, os processos que a
679 COMTEC manifesta e dá um parecer para entendimento do conselho, são referentes a EIV, o que
680 não é objeto desse processo. Porque os demais processos, quando a COMTEC manifesta e a pessoa
681 não recorre a uma instância superior, para por ali. Ele finaliza, é arquivado, deferido, ou indeferido.
682 O procedimento normal é esse. A COMTEC manifesta sempre e nós acompanhamos o critério da
683 COMTEC no caso dos estudos de impacto de vizinhança. Todos os processos que a COMTEC
684 manifesta não passam por aqui. São muitos, até, por sinal. **Mário Nascimento (UGT):** Eu queria
685 ouvir a explicação Júnior, mais uma vez sua, pois estou com algumas dúvidas para entender o que
686 aconteceu. Até para como conselheiro me sentir à vontade de votar. **Engenheiro Astor:** Lá
687 acontece o seguinte, Mário. Foi que o que secretário explicou. O projeto, a obra em si, ela foi
688 aprovada com seu gabarito dentro dos índices urbanísticos, dentro da lei. O que eu estou pedindo é:
689 eu tenho um pavimento de garagem que me permite, pelo seu pé direito, pela altura dele, ele me
690 favorece a ter um pavimento intermediário. Com isso, eu estaria aumentando o número de vagas de

691 garagem. A nossa preocupação é: eu não quero aumentar o comércio no local. Eu quero trazer
692 conforto e segurança para o local. Questão da mobilidade urbana, onde você tem pessoas se
693 deslocando dentro do espaço urbano e você precisa comportar melhor as pessoas. Queria aproveitar
694 este pé direito, que é favorável, e porque não, colocar intermediário mais garagem. Sem interferir na
695 questão das alturas. **Mário Nascimento (UGT)**: Intermediário que você fala é o quê? **Engenheiro**
696 **Astor**: Intermediário é um outro pavimento. É como se eu tenho uma altura de seis e dividir em
697 dois. **Renata Sabra (OAB)**: Seria como desprezar uma área que você teria disponível para instalar
698 lojas, comércio, aquelas coisas que ficam no shopping (loteria, correio etc.), aqueles acessórios
699 todos. Vocês desprezaria metade dessa possibilidade, no caso, e alocaria vagas de garagem. Você
700 desprezaria uma possibilidade e alocaria vagas de garagem. **Engenh**

701 **ro Astor**: Exato. **D. Amaral (CREA)**: Estou entendendo com clareza que não estará sendo
702 substituída a ocupação com a sua finalidade, viu Mário. Ele fará a multiplicação dos peixes. Ou
703 seja, vai ser mantido o mezanino na sua forma original, com a garantia do percentual que pode ter o
704 mezanino. O que ele tem é um excesso de altura, e que compete botar uma laje intermediária,
705 garantindo toda aquela atividade de projeto original. Acrescido de mais piso. É uma vantagem para
706 todos da cidade. Poderia ter, se eu não erre a conta aqui, poderia ter 2.290m, que é a razão dos seus
707 quase 35.000m dividido por 15, dá uma razão 2000 e poucos metros por pavimento, o que
708 corresponde, seguindo a norma, a 25 metros quadrados, ele poderia estar abastecendo com 69
709 veículos. Mas, das as dificuldades de pilares, acesso etc., fica reduzido a 69. É um ganho se ferir o
710 gabarito e nenhuma questão, garantindo aquele percentual da lei, que corresponde aos 20%, que é o
711 mezanino. Essa ocupação do espaço vago, vai ser ocupada mais uma laje, da qual ele consagra em
712 benefício de todos, em volume de veículos. Penso que seja isso. Se eu estiver errado, o colega me
713 corrija. Voto a favor. **Presidente Cidinei Nunes (SEMDURB)**: Os conselheiros se sentem
714 confortáveis em votar. Podemos votar? Quantos votos a favor? Todos votam a favor e o conselheiro
715 Ruberval, mantém sua abstenção. Votam favoráveis à divisão desse pé direito para inclusão de mais
716 69 vagas de garagem. **Ruberval Rocha (ACISCI)**: Primeiramente, gostaria de agradecer a
717 compreensão de todos vocês. Eu jamais, pelos que me conhecem, aceitaria, inclusive viriam outras
718 pessoas falar. Mas falei, não Júnior, vou me abster, você como engenheiro coloca lá, nós temos
719 vários engenheiros e vão saber. Eu jamais traria qualquer coisa a este conselho, e me submeteria a
720 tamanha exposição, para colocar lojas, para colocar salas, para colocar qualquer coisa. Embora não
721 dizendo que garagens não sejam também um bom negócio comercial. Mas o nosso entendimento é
722 que as garagens ali vão contemplar e favorecer toda uma comunidade. Sejam alunos da São
723 Camilo, sejam todos os usuários de forma geral. Entendo como um benefício para toda a sociedade.
724 **Presidente Cidinei Nunes (SEMDURB)**: Muito bem, vamos **Quinto item: informes**. Temos um
725 encaminhamento que foi feito pelo conselheiro Mário, do artigo 253 e gostaria de perguntar se tem
726 alguma inclusão. Vale ressaltar que o conselheiro Amaral no início da reunião me cobrou mais uma
727 vez a respeito do processo que foi encaminhado à Câmara Municipal, da alteração do artigo (art. 37,
728 da Lei n.º 5.890, onde permite a volta do suplente), que dá todo suporte ao seu trabalho. Nós temos
729 um conselheiro que representa a Câmara Municipal, juntamente conosco. Gostaria de fazer o
730 registro, que a Presidência desse conselho solicita uma análise desse artigo, e uma manifestação por
731 parte da Câmara Municipal, para saber se houve alteração dessa lei. Porque a proposta já foi
732 encaminhada e nós precisamos que seja analisada e discutida por essa Casa de Leis, para que o
733 conselheiro tenha o retorno. **Dr. Amaral (CREA)**: O que eu posso adiantar para os senhores é que
734 na última quinta-feira, que estivemos reunidos na UNES, para discutir a questão do Plano de
735 Mobilidade Urbana, eu conversei com o Presidente da Câmara e com o Dilem, e eles estranharam,

736 porque eles não reconhecem isso na casa. Isso me criou uma dificuldade. Recorri também a outro
737 vereador e o próprio Camisão, que é interessado comigo nessa suplência, não estamos enxergando
738 os caminhos aonde anda. Então, me preocupa porque, pois por mais boa vontade que eu tenha de
739 estar colaborando com a minha cidade natal, eu nesse momento, com a saída do meu presidente do
740 conselho regional para candidatura do sistema, me vejo como presidente do CREA; e às vezes tenho
741 dificuldades de estar, sim, a gente anda muito e tudo mais. Me preocupa, até porque o Camisão é
742 uma figura que pode contribuir e muito, junto com os colegas que temos aqui. E a importância de
743 darmos essa colaboração, certo Chrispiniano. Para que Cachoeiro possa avançar. É nesse sentido a
744 minha preocupação. **Jairo Di Giorgio (Sinduscon)**: Queria deixar comunicado a esse conselho, que
745 na próxima sessão, eu não estarei presente. Vou tirar umas férias e vou estar fora. Então, já gostaria
746 de deixar comunicado a minha ausência. **Presidente Cidinei Nunes (SEMDURB)**: Justificando
747 também a ausência do conselheiro Guilherme, do IBAMA, ele justificou, que tinha um outro
748 compromisso, e mandou um e-mail justificando. **Presidente Cidinei Nunes (SEMDURB)**:
749 Conselheiro Amaral, se não me falha a memória, isso foi submetido a essa Casa de Leis, na última
750 reunião de 2013, do ano de 2013. Se não me engano, eu estava presente aqui. Nós encaminhamos a
751 minuta do projeto de lei. Esse protocolo é feito pelo gabinete, pela Coordenadora de Relações
752 Políticas do Governo. A gente pode solicitar, sim. Encaminhamentos: a) criar grupo para alteração
753 do artigo 253 - quantos se inscrevem: Mário (UGT), Dra. Renata (OAB), Ilvене (SEMDURB),
754 Robson (Ass. de Moradores de J. Itapemirim) e Dr. Alex (Câmara Municipal). **Rogério Casaes**
755 **(FAMMOPOCI)**: Um aparte, Presidente: No artigo 253, ele contempla também a distância dos
756 estacionamentos. Uma sugestão para o grupo. Tendo em vista a situação dos estacionamentos, a
757 complicação que nós temos. Ver se tem essa possibilidade também de aumentar. Porque vamos
758 supor o caso da UNES. Aonde ela vai encontrar estacionamento em duzentos metros? A não ser que
759 compre terreno. Então, é para ver se existe a possibilidade de aumentar em 300 metros, porque
760 Cachoeiro no Centro. **Mário Nascimento (UGT)**: Presidente, tem outro GT, que nós conversamos
761 anteriormente sobre a estruturação da Secretaria. Estruturação que eu falo, não é de pessoas, espaço
762 físico, mas no molde da lei. Um município como Cachoeiro com mais de 100.000 habitantes, então
763 a lei diz que deve ter uma secretaria com toda dotação orçamentária prevista na lei. Vamos criar o
764 grupo de trabalho: Mário (UGT); Robson (Ass. de Moradores do J. Itapemirim); Amaral (CREA);
765 Yuri (AGERSA) e Dra. Renata (OAB). Informes: **Yuri Sabino (AGERSA)**: A Diocese de
766 Cachoeiro de Itapemirim - Comissão Diocesana de Bens Culturais da Igreja, convida toda a
767 comunidade ligada aos bens culturais da Igreja para o **1º Encontro Diocesano de Bens Culturais**
768 **da Igreja para Profissionais**, no dia 30 de agosto de 2014, das 8h às 13h, no Auditório do Colégio
769 "Jesus Cristo Rei", Avenida Monte Castelo, 3 - Independência - Cachoeiro de Itapemirim - ES. Sem
770 mais algum assunto, a tratar o Presidente do CPDM, Sr. **Cidinei Nunes**, agradeceu a presença e
771 participação de todos os conselheiros e convidados. **O Presidente** encerra a reunião, às dezoito
772 horas. Para tudo fazer constar, lavro esta Ata, que vai assinada pelo Presidente, por mim e pelos
773 demais presentes: Cachoeiro de Itapemirim (ES), 28 de Agosto de 2014.

774 01) Hélio Carlos Campos Santos _____

775 02) Robson Pereira Batista _____

776 03) João Luiz Silva _____

777 04) Ruberval da Silva Rocha

- 778 05) Jairo de Freitas Di Giorgio_____
- 779 06) Mário César do Nascimento_____
- 780 07) José Antonio do Amaral_____
- 781 08) Chrispiniano Francisco dos Reis_____
- 782 09) Nuzimar Colodeti Moreira_____
- 783 10) Eliel Alves Moulin_____
- 784 11) Luiz Rogério Ramos Casaes_____
- 785 12) Alex Vaillant Farias_____
- 786 13) Yuri Gagarin Sabino_____
- 787 14) João Batista da Silva_____
- 788 15) Cidinei Rodrigues Nunes_____
- 789 Ilvene Marise Rodrigues dos Santos_____
- 790 16) Joana Olegário de Oliveira Fabre_____
- 791 17) Lucimar Barros Costa_____
- 792 18) Ricardo Coelho de Lima_____
- 793 19) Antonio Fernandes Mastella_____
- 794 20) Renata Sabra Baião Fiório Nascimento_____
- 795 21) Marco Antonio Carvalho Oliveira_____